

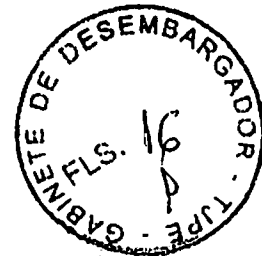


Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### SEGUNDO GRUPO



**Embargos de Declaração nº 41679-1/01** – Comarca de Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargado:** Salomão Pereira de Queiroz

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA NÃO TRATADA NO PROCESSO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS TÃO SOMENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO, NO ENTANTO, NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

- 5522.
1. Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento inserto no artigo 535, do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.
  2. Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.
  3. Primeiramente, no tocante à possível afronta aos princípios da legalidade e da isonomia, cuido observar que o *decisum* embargado promoveu, à inteireza, a análise da matéria, nos termos em que se encontrava agitada nos autos, conforme se pode verificar da simples leitura da ementa e do voto proferido por esta Relatoria, que fazem parte integrante da decisão para todos os fins de Direito.
  4. De todo modo, convém anotar que não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que ponderar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, também por isso, afirmar, na hipótese, a inexistência de omissão no enfrentamento da matéria.



Poder Judiciário

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

## SEGUNDO GRUPO



5. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de recusar o mérito da causa, desiderato vedado na estreita via integrativa dos aclaratórios.

6. Isso posto, deixa-se de conhecer das demais questões aventadas nestes Embargos, por verificar que tais assuntos não foram ventilados tempestivamente, quando da apresentação das informações, encontrando-se, pois, preclusa a oportunidade de discuti-los. Não admite a nossa ordem processual o conhecimento em sede de embargos de declaração de matéria não suscitada no bojo do processo, vedando, com isso, a possibilidade de inovação da lide nesta fase recursal.

7. Ausência de verificação de qualquer das hipóteses autorizadoras dos Embargos de Declaração.

8. À unanimidade de votos, conheceram-se os embargos tão somente para fins de prequestionamento dos arts. 5º, *caput*, e 37, *caput* e inciso I, da Constituição Federal, negando-lhes, no entanto, provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 41679-1/01, ACORDAM os Desembargadores integrantes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 27/01/2010, unanimemente, em conhecer os presentes embargos tão somente para fins de prequestionamento, negando-lhes, no entanto, provimento, nos termos dos votos, da ementa e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, 27/01/2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

## SEGUNDO GRUPO

**Embargos de Declaração nº 41.679-1/01** – Comarca de Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargado:** Salomão Pereira de Queiroz

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

### RELATÓRIO

Culdam-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que concedeu a segurança pleiteada em ação mandamental para assegurar ao impetrante, 3º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, o direito de concorrer a vaga no Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar sem a necessidade de prestar novo exame psicotécnico, uma vez que já suprida a exigência quando da sua participação no processo seletivo para investidura no cargo então ocupado, pertencente à mesma corporação militar.

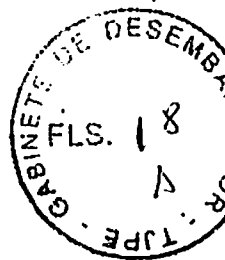
Alega o embargante, em síntese, que o acórdão embargado incorreu em omissão ao não analisar questões relativas à possível afronta aos postulados constitucionais da isonomia (art. 5º, *caput*), da legalidade (art. 37, *caput* e I) e da separação dos poderes (art. 2º).

Ao final, requer sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios para sanar as omissões e contradições apontadas e prequestionar a matéria constitucional versada nos autos.

É o relatório.

Recife, 24/12/2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator





Poder Judiciário

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

## SEGUNDO GRUPO



**Embargos de Declaração nº 41679-1/01** – Comarca de Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargado:** Salomão Pereira de Queiroz

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

### VOTO

Constituem os Embargos de Declaração recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes no provimento jurisdicional, nos termos do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material, admissível, em face de construção jurisprudencial, contra decisões em sentido amplo.

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão ora objurgada, senão vejamos.

Primeiramente, no tocante à possível afronta aos princípios da legalidade e da isonomia, cuido observar que o *decisum* embargado promoveu, à inteireza, a análise da matéria, nos termos em que se encontrava agitada nos autos, conforme se pode verificar da simples leitura da ementa e do voto proferido por esta Relatoria, que fazem parte integrante da decisão para todos os fins de Direito.

De todo modo, convém anotar que não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que ponderar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, também por isso, afirmar, na hipótese, a inexistência de omissão no enfrentamento da matéria.

Nesse sentido está firmada a orientação da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE (AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL CIVIL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO FISCO DE VIOLAÇÃO À LEI. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 128 e 460 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### SEGUNDO GRUPO

MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ.) 1. O inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisor, não há como prosperar, porquanto incorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. [...] 8. **Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.** 9. Agravo regimental desprovido. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1101780/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 03/12/2009).

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - ART. 149, V DO CTN - INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO E DE PAGAMENTO TOTAL DO CRÉDITO - CONTRADIÇÃO - NÃO-OCORRÊNCIA. 1. **Não ocorre ofensa ao art. 535, I e II, do CPC, se o acórdão decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.** 2. Conforme jurisprudência majoritária do STJ, havendo pagamento parcial de tributo, o Fisco deve lançar a diferença no prazo previsto no art. 173, I, do CTN. Incidência da Súmula 83/STJ. 3. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1109558/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 02/12/2009) - grifos nossos.

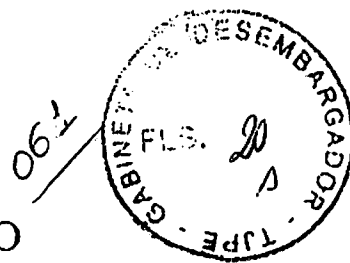
O mero descontentamento da parte não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração visando a modificação do julgado, excepcionalmente admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir o mérito da causa, desiderato vedado na estreita via integrativa dos aclaratórios.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, poderá valer-se de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame pretendido em sede de Embargos de declaração.

A propósito, confira-se o seguinte aresto do STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 482 DA CLT. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO. 1.





Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### SEGUNDO GRUPO

062



Consoante dispõe o art. 535 do CPC, os embargos de declaração destinam-se a expungir do julgado eventuais omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando, em regra, via própria à rediscussão do mérito da causa. 2. O acórdão proferido pelo Tribunal a quo, com fundamento nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela não-evidência da autoria dos fatos imputados ao agravado e pela não-configuração dos tipos jurídicos trabalhistas previstos no art. 482 da CLT. 3. Neste contexto, sua reforma demandaria o reexame das provas constantes dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, a teor da Súmula 07/STJ. 4. Não demonstrando o embargante qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ou mesmo equívoco manifesto, capaz de ensejar a inversão do julgamento, não merecem acolhida os embargos. Precedentes. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 747529/RJ, Rel. Min. Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), Terceira Turma, DJ 01/12/2009) – grifos nossos.

Isso posto, deixo de conhecer das demais questões aventadas nestes Embargos, por verificar que tais assuntos não foram ventilados tempestivamente, quando da apresentação das informações, encontrando-se, pois, preclusa a oportunidade de discuti-los. Não admite a nossa ordem processual o conhecimento em sede de embargos de declaração de matéria não suscitada no bojo do processo, vedando, com isso, a possibilidade de inovação da lide nesta fase recursal.

Logo, inócuo o manejo dos presentes aclaratórios com a intenção de suprir inexistente omissão do acórdão

Feitas essas considerações, voto pelo conhecimento dos presentes embargos tão somente para fins de prequestionamento dos arts. 5º, *caput*, e 37, *caput* e inciso I, da Constituição Federal, negando-lhes, no entanto, provimento.

É como voto.

Recife, 27/01/2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**